



## Aprovada exclusão de herdeiro que assassinar o dono dos bens

Marcos Oliveira/Agência Senado



Lei atual permite que perda aconteça apenas se for solicitada por pessoas "com direito legítimo" na sucessão

Foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado um projeto que autoriza o Ministério Público a pedir à Justiça que o herdeiro que cometer homicídio contra quem lhe deixa bens, ou tentar o crime, perca o direito à herança. O texto, que vai para sanção, corrige omissão do Código Civil que deixava dúvidas quanto à legitimidade do MP propor ação de exclusão do herdeiro envolvido nos crimes contra aqueles que deixam os bens. Assim, outros casos seguirão decisão da Justiça paulista que deserdou, em 2015, Suzane von Richthofen, acusada de planejar o assassinato dos pais. **3**

Eunício Oliveira, entre os senadores Roberto Rocha e Davi Alcolumbre, preside a sessão do Plenário em que o projeto foi aprovado

### MP que adia reajuste para servidor é criticada em audiência

A Comissão Senado do Futuro promoveu ontem audiência sobre a situação dos funcionários públicos com representantes de sindicatos

da categoria. Eles apontaram a inconstitucionalidade da medida, que ainda aumentou, de 11% para 14%, a contribuição previdenciária do setor. **5**

Roque de Sá/Agência Senado



Presidente da comissão, Hélio José (C) requereu e conduziu a audiência pública

### Comissão aprova dois indicados para embaixadas

Foram aprovados ontem, pela Comissão de Relações Exteriores, dois nomes para embaixadas no Sudeste Asiático e na África. Ana Lucy Petersen é indicada para a Tailândia, acumulando com a representação no

Camboja e no Laos. Fernando Coimbra pode ir para a embaixada no Quênia e acumular o cargo em Ruanda, Uganda, Burundi e Somália. As indicações seguem agora para votação no Plenário do Senado. **7**

Genildo Mangel/Agência Senado



O presidente da CRE, Fernando Collor (C), coordena sabatina com os indicados Ana Lucy Petersen e Fernando Coimbra

Waldir Barreto/Agência Senado



Magno Malta, presidente da CPI dos Maus-Tratos, ouve Alessandro Santos

### Acusado de pedofilia fala a CPI sobre riscos para crianças na web

A CPI que investiga maus-tratos contra crianças ouviu ontem um ex-diretor escolar acusado de pedofilia. Ele dis-

se aos senadores que os pais precisam acompanhar a ação dos filhos nas redes sociais e alertou para riscos. **4**

### Lei melhora auxílio à mulher vítima de violência **2**

### Segue para sanção projeto sobre crime contra patrimônio **3**

### Rodovia em Rondônia será tema de debate hoje **5**

### Músicos pedem fim de órgão que gere a categoria **6**

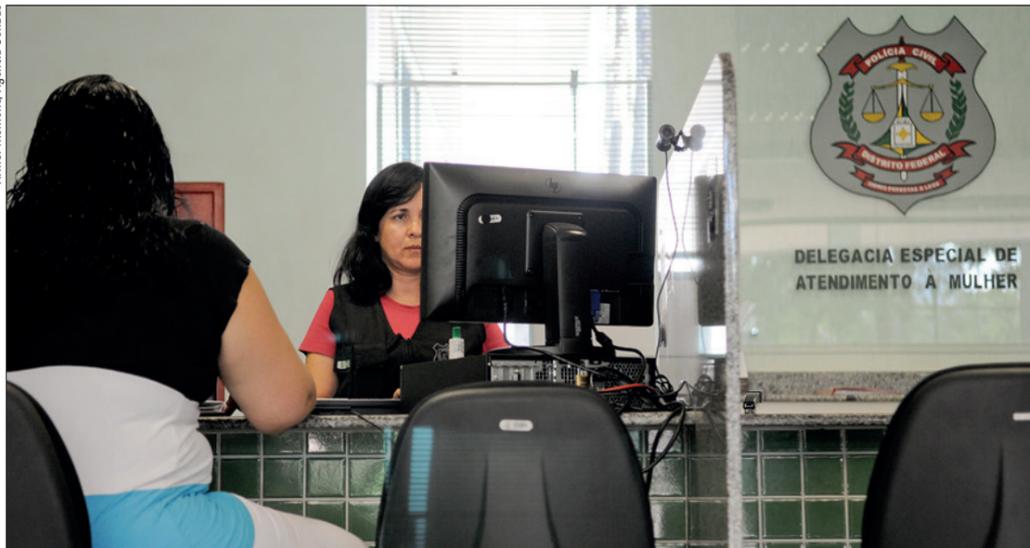
### Proposta sobre revitalização de rios vai à Câmara

O Senado aprovou ontem projeto que destina recursos dos fundos constitucionais a ações de revitalização dos rios nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os recursos permitirão financiar a recuperação da cobertura vegetal em bacias hidrográficas vulneráveis, como a do Rio São Francisco. O relator do projeto, Davi Alcolumbre, disse que é preciso recuperar as matas ciliares para reverter o processo de degradação dos rios. **3**

### Programação monetária passa no Senado

A programação monetária do governo para o quarto trimestre de 2017 foi aprovada ontem em Plenário. O parecer de Dalírio Beber, admitido terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos, foi favorável ao relatório do Banco Central, que é otimista em relação às perspectivas econômicas do país, com ressalvas. Segundo o BC, o impacto da queda de confiança na atividade econômica tem sido, até o momento, limitado. **3**

Arthur Monteiro/Agência Senado



Norma prevê preferência para funcionárias mulheres, como na recepção da Delegacia da Mulher em Brasília

## Publicada lei que qualifica atendimento às mulheres

Norma altera a Lei Maria da Penha e prevê que casos de violência doméstica sejam de preferência atendidos por servidoras capacitadas. Também estabelece diretrizes para a tomada de depoimentos

O PRESIDENTE DA República, Michel Temer, sancionou semana passada norma que altera a Lei Maria da Penha, criando regras que qualificam o atendimento policial e a perícia nos casos de mulheres em situação de violência doméstica. Publicada ontem, a Lei 13.505/2017 determina, entre outras mudanças, que esse trabalho deve ser prestado, preferencialmente, por servidoras do sexo feminino previamente capacitadas.

A lei também dá garantias quanto às perguntas e questionamentos, que devem priorizar a saúde psicológica e emocional da mulher; protegê-la do contato com os agressores; e evitar a revitimização, ou seja, questionamentos sucessivos sobre o mesmo fato em diferentes fases do processo. Foram incluídas novas diretrizes sobre o local e o registro dos depoimentos.

As políticas e planos de atendimento às mulheres

em situação de violência devem priorizar a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams), de Núcleos Investigativos de Feminicídio e de equipes especializadas para atender e investigar as violências graves.

O projeto que deu origem à nova regra (PLC 7/2016) foi aprovado pelo Senado em outubro. Temer vetou artigo que conferia à polícia autoridade para aplicar medidas protetivas.

## Dezembro passa a ser o mês de enfrentamento a aids

O Dia Mundial de Luta Contra a Aids é 1º de dezembro, mas o mês inteiro agora será dedicado a atividades de enfrentamento do HIV/aids e outras doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). É o que prevê a Lei 13.504/2017, sancionada pelo presidente da República e publicada no *Diário Oficial da União*.

A nova lei resultou da apro-

vação, pelo Senado, do Projeto de Lei da Câmara 60/2017, relatado pela senadora Marta Suplicy (PMDB-SP).

A campanha incluirá atividades e mobilizações com foco na prevenção, assistência, proteção e promoção dos direitos humanos das pessoas que vivem com a doença. De acordo com a lei, as atividades e mobilizações serão

desenvolvidas em conforme os princípios do Sistema Único de Saúde, de modo integrado em toda a administração pública, entidades da sociedade civil organizada e organismos internacionais.

Além da iluminação de prédios públicos em vermelho, o movimento terá palestras e atividades educativas, campanhas de mídia e eventos.

## Lasier Martins saúda a Telebras pelos 45 anos de fundação da estatal

Lasier Martins (PSD-RS) parabenizou a Telebras, na quinta, pelos 45 anos de fundação. Para ele, a estatal mudou a forma como os brasileiros se comunicam.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Hoje, destacou o senador, a Telebras inova com o fornecimento de banda larga por meio do satélite geostacionário.

— A Telebras veio mudar o modo de o Brasil se comunicar interna e externamente, com telecomunicação rápida, prática e sofisticada. A Telebras veio interconectar, integrar o brasileiro — destacou.

## Gurgacz apresenta projetos para proteger florestas na Amazônia

Muito se fala sobre a Amazônia, mas pouco se faz para a sua proteção efetiva. A crítica foi feita ontem por Acir Gurgacz (PDT-RO) antes de anunciar que registrou duas propostas para deter a degradação de florestas na Amazônia Legal.

A primeira (PLS 375/2017) cria um fundo para compensar financeiramente os estados abrangidos por essa área.

A segunda (PLS 403/2017) cria o Programa Restaura Amazônia. A ideia é conceder isenção de alguns tributos às propriedades que aderiram ao programa e comprovem anualmente a restauração ambiental e o uso sustentável dessas áreas.

## Elmano registra debate com empresários e políticos no Piauí

Elmano Férrer (PMDB-PI) registrou a importância do Fórum Piauí, que reuniu em Teresina empresários e políticos em busca de soluções para a crise. Entre os temas, o senador chamou a atenção para a necessidade de ajuste fiscal, alertando para o crescente déficit do setor previdenciário e para os reflexos da crise sobre as contas de estados e municípios.



Jefferson Rudy/Agência Senado

— Num momento de crise, com empresas em dificuldades e outras fechando, desemprego, os empresários se reuniram para discutir soluções para ela.

## Fórum de trabalhadores teme efeito da reforma trabalhista

Representantes do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) e o senador Paulo Paim (PT-RS) conversaram na quarta-feira com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, para expor sua preocupação com a aplicação da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017). O grupo é contrário à implementação da lei, que entra em vigor no dia 11 de novembro.

O presidente do Senado informou que o presidente

da República, Michel Temer, está aberto ao diálogo para garantir a efetividade da reforma trabalhista de maneira a garantir a geração de empregos e o desenvolvimento econômico do país. A expectativa é de que o Congresso receba, até sexta-feira, a proposta do Executivo que reformula itens considerados controversos.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



Jane de Araújo/Agência Senado - 8/11/2017

Eunício (C) recebe o senador Paim (2º à dir.) e representantes de fórum

## Secretaria de Controle Interno do Senado completa 45 anos

A Secretaria de Controle Interno do Senado Federal comemorou na quarta-feira os 45 anos da atividade. O presidente da Casa, Eunício Oliveira, esteve na cerimônia e frisou que todas as contas do Senado têm sido julgadas regulares e sem ressalvas pelo Tribunal de Contas da União desde 1969.

— Por causa do trabalho dos auditores, o Senado foi a primeira instituição do país a prestar contas desde a Constituição de 1967 — afirmou o presidente, ressaltando a presença no evento de Jorge Paiva do Nascimento, primeiro auditor do Senado, hoje

com 92 anos.

Segundo Eunício, o trabalho dos pioneiros fez com que o controle interno acontecesse no Senado, auxiliando a Casa a alcançar o bom uso dos recursos públicos. O senador afirmou que a secretaria trabalha com objetividade técnica e independência administrativa para garantir a excelência da governança corporativa.

— Destaco a imparcialidade, a técnica e a transparência com que os servidores, de formação qualificada e multidisciplinar, orientam a Mesa do Senado na gestão de riscos.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



**PLENÁRIO** Sessão não deliberativa  
9h Sessão de discursos e avisos da Mesa.  
**CRA** Lavoura cafeeira  
11h Seminário para debater a indústria e a lavoura cafeeira no Brasil, em Alta Floresta D'Oeste (RO)

**CI** Rodovias em Rondônia  
14h Audiência interativa para discutir concessão de trecho da BR-364 e pavimentação de rodovias em Rondônia. Entre os convidados, representantes da ANTT e do Ministério dos Transportes.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



**Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>  
• **Alô Senado:** 0800 612211  
• **Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)  
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)  
• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

Marcos Oliveira/Agência Senado



Eunício (2º sentado à dir.) preside votação de projeto que padroniza decisão aplicada a Suzane von Richthofen

## Exclusão de herdeiro autor de homicídio vai a sanção

Projeto aprovado ontem pelo Plenário autoriza o Ministério Público a pedir à Justiça a perda do direito à herança do herdeiro que matar ou tentar matar quem deixa os bens, corrigindo lacuna na legislação

EM 2015, A Justiça de São Paulo determinou a exclusão de Suzane von Richthofen da herança dos pais por indignidade depois de ter sido condenada pelo homicídio do casal Manfred e Marisia von Richthofen. Mas, por uma lacuna na legislação, nem sempre os herdeiros envolvidos em crimes contra aqueles que deixam os bens são deserdados. Proposta aprovada ontem pelo Senado deve mudar essa situação.

O Projeto de Lei da Câmara 9/2017 autoriza o Ministério Público a pedir a exclusão do direito à herança do legatário ou herdeiro autor de homicídio doloso ou de tentativa de homicídio contra quem deixa os bens. O texto vai à sanção.

De iniciativa do deputado Antonio Bulhões (PRB-SP), o

projeto destaca que o Código Civil de 1916 mencionava expressamente que a exclusão poderia ser pedida apenas por pessoas com “interesse legítimo” na sucessão — outros herdeiros e credores que se sintam prejudicados. A legislação atual deixa dúvidas quanto à atuação do MP.

O deputado acrescenta que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já decidiu que “o Ministério Público, por força do artigo 1.815 do Código Civil, desde que presente o interesse público, tem legitimidade para promover a ação”.

O senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) foi relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ele reconheceu a omissão do Código Civil quanto à legitimidade do Ministério Público

para propor a ação de exclusão de herdeiro ou legatário, nos casos envolvendo homicídio doloso ou tentativa de homicídio. Ele ainda acrescentou que o ordenamento jurídico deve ser dotado de instrumentos mais eficazes para coibir o que considerou uma sucessão “imoral e injusta”.

### Caso Richthofen

O caso mais famoso de perda do direito à herança dos pais nos últimos anos é justamente o de Suzane von Richthofen, condenada a 39 anos de prisão por participação no assassinato dos pais, em 2002. A Justiça de São Paulo determinou que o patrimônio da família, calculado em mais de R\$ 3 milhões à época do crime, fosse entregue somente a Andreas Albert Von Richtofen, irmão de Suzane.

## Recursos de fundos irão para recuperação de rios

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que permite a destinação de recursos dos fundos constitucionais de financiamento a projetos de revitalização dos rios nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O texto do senador José Pimentel (PT-CE) segue para a Câmara.

Os recursos permitirão financiar ações de recuperação da cobertura vegetal em bacias hidrográficas vulneráveis, como a do Rio São Francisco.

— Pouco adianta chover se a chuva não se converte em

água passível de utilização. No caso do Rio São Francisco, a recuperação das matas ciliares é fundamental para reverter o processo de degradação, que já se encontra bastante avançado — explicou o relator do PLS 369/2017, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Pimentel agradeceu ao presidente da Casa, Eunício Oliveira, pela celeridade na tramitação do projeto:

— Com este projeto, estamos permitindo que os fundos constitucionais possam viabilizar a recuperação das

nascentes e dos olhos d’água, que a sociedade civil possa desenvolver projetos produtivos e ao mesmo tempo de preservação ambiental. É uma forma de nós, do Ceará, que vamos receber água do Rio São Francisco, colaborarmos.

Senadores elogiaram a iniciativa de Pimentel, entre eles, Armando Monteiro (PTB-PE), Cristovam Buarque (PPS-DF), Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) e Waldemir Moka (PMDB-MS).

Roberto Rocha (PSDB-MA) lembrou que “quando falta água, falta energia e não há civilização”. Paulo Rocha (PT-PA) e Romero Jucá (PMDB-RR) ressaltaram que o projeto permite combinar preservação com incentivo à produção.

Cidinho Santos (PR-MT) afirmou que seu estado será diretamente beneficiado pelo projeto. Elmano Férrer (PMDB-PI) disse recear que os recursos dos fundos constitucionais não sejam suficientes nos casos dos Rios Parnaíba e São Francisco.

Marcos Oliveira/Agência Senado



Pimentel é autor do projeto que destina recursos de fundos para rios

## Senado acata programação monetária para o 4º trimestre

O Plenário do Senado aprovou ontem a programação monetária do governo para o quarto trimestre de 2017. O projeto de decreto legislativo que trata da programação (PDS 200/2017) segue para a Câmara.

A lei 9.069/1995 prevê que a cada trimestre as autoridades monetárias encaminhem ao Senado a programação monetária, ou seja, estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários (por exemplo, a quantidade de papel-moeda em poder do público e o valor total dos depósitos à vista), metas indicativas de evolução trimestral e descrição das perspectivas da economia nacional.

O texto foi aprovado na terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O parecer da comissão, redigido por Dalírio Beber (PSDB-SC), foi favorável ao relatório do Banco Central. O documento serve de base para a votação da matéria pelo Congresso.

“A expansão monetária

projetada é compatível com a inflação esperada, cuja expectativa de mercado está até abaixo da meta central de 4,5% para o ano”, diz o parecer.

O tom do relatório do Banco Central é otimista em relação às perspectivas econômicas, com ressalvas. “Embora o recente aumento da incerteza quanto ao ritmo de implementação de reformas e ajustes na economia tenha impactado negativamente os índices de confiança dos agentes econômicos, a informação disponível sugere que o impacto dessa queda de confiança na atividade tem sido, até o momento, limitado”.

Segundo o relatório, no bimestre julho-agosto o saldo de papel-moeda em poder do público somou R\$ 180 bilhões, com variações de -0,9% mês a mês e 5,9% em 12 meses. Os depósitos à vista atingiram R\$ 133,7 bilhões, com declínio de 3,1% no mês e aumento de 1,7% em 12 meses. Os valores correspondem às projeções do governo.



Dalírio Beber: texto aprovado foi favorável ao relatório do Banco Central

## Plenário aprova pena para crime contra o patrimônio no DF

O Plenário aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 9/2016 que aumenta a pena para crimes de dano e receptação contra o patrimônio do Distrito Federal. A proposta corrige uma distorção no Código Penal, que tipifica como dano qualificado a destruição, inutilização ou deterioração do patrimônio da União, dos estados e dos municípios, mas não menciona o DF. O projeto segue para sanção presidencial.

O Código Penal brasileiro prevê no artigo 163 a pena de um a seis meses de detenção para o crime de dano. Todavia, se cometido contra patrimônio da União, de estados, municípios, empresas concessionárias de serviços públicos ou de sociedades de economia mista, a penalidade é maior: detenção de seis meses a três anos.

Em relação ao crime de receptação, o artigo 180 prevê pena em dobro para quem guardar, esconder ou comprar bens do patrimônio da União, dos estados, dos municípios, de concessionárias de serviços públicos ou de sociedades de economia mista. A pena simples em casos de crimes de receptação é reclusão, de um a quatro anos, mais multa.

Além de incluir o DF no código, o projeto também acrescenta os crimes de dano e receptação cometidos contra o patrimônio de autarquias, fundações e empresas públicas, que passam a ter pena aumentada com a mudança.

Segundo Antonio Anastasia (PSDB-MG), relator substituto de Ricardo Ferraço (PSDB-ES) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a alteração pretendida “é singela, mas extremamente necessária”.

Marcos Oliveira/Agência Senado - 7/11/2017

À CPI dos Maus-Tratos, Alessandro Santos disse ontem que pais devem acompanhar WhatsApp e Facebook, a ferramenta mais fácil para atrair crianças e adolescentes

# Acusado de pedofilia alerta sobre perigos da web

OS PAIS PRECISAM tomar cuidado com as atividades dos filhos nas redes sociais. A afirmação é de Alessandro da Silva Santos, acusado de pedofilia ouvido ontem pela CPI que investiga maus-tratos contra crianças. De acordo com o acusado, a rede social Facebook é a maneira mais fácil de atrair crianças e adolescentes.

— Eu diria para os pais terem muito cuidado com amizades, acompanharem WhatsApp e ligações, saberem com quem saem os filhos e terem muito cuidado com a internet. O Facebook é uma das ferramentas com que mais se consegue atrair — disse o acusado.

Santos, que era diretor administrativo de uma escola em Taguatinga, no Distrito Federal, foi detido em 2015 por andar com um carro clonado. Com ele, foram encontradas imagens de meninas e meninos sem roupa. Ao acessar o perfil dele nas redes sociais, os policiais teriam encontrado diversas conversas dele com crianças.

Em outubro deste ano, ele voltou a ser preso após uma operação da Polícia Federal que investigava um esquema criminoso voltado à prática de crimes de estupro, estupro de vulnerável e comercialização de imagens sexuais envolvendo menores.

Questionado pelo presidente da comissão, Magno Malta (PR-ES), ele disse ter sofrido abusos na infância, mas não quis dar detalhes. De acordo com Santos, a atração por crianças



Presidente da CPI, Malta questiona Santos, detido duas vezes por portar imagens de crianças sem roupas e por envolvimento em estupros

começou quando ele tinha cerca de 20 anos. O acusado se disse constrangido e arrependido para justificar o fato de não responder a todas as perguntas.

## Vítimas

O presidente da comissão informou terem sido identificadas, até agora, 11 vítimas, mas Santos negou esse número e não quis responder quantas foram. Ele confirmou ao senador ter usado

uma carteira da Polícia Federal para se identificar como policial para algumas das vítimas.

O acusado confirmou ter armazenado imagens de pornografia infantil, mas disse que não trocava imagens com outras pessoas e que repassou fotos para apenas um conhecido. Ele alegou que as imagens foram obtidas pela internet, com um homem chamado Jobson.

Depois, ao relator da comissão, José Medeiros (Pode-MT), o depoente confirmou que filmava menores de idade, mas garantiu que nenhuma das vítimas era da escola em que trabalhou por cerca de um mês. Santos também negou a participação em uma rede de pedofilia.

O restante da reunião continuou de forma fechada, sem acesso do público ao depoimento.

## Rose de Freitas condena antecipação de corrida eleitoral e falta de debate

Rose de Freitas (PMDB-ES) criticou ontem, em Plenário, a antecipação de debates em torno de candidaturas para a eleição presidencial de 2018, sem que haja até aqui discussão de propostas que interessam ao país. Além disso, ela observou que o debate sucessório ganha força, enquanto fica de lado uma agenda de assuntos pendentes que poderiam estar sen-



Marcos Oliveira/Agência Senado

do enfrentados pelo Legislativo. — Nomes temos, mas propostas, o Brasil não conhece. A classe política não resgata para si o papel importantíssimo que o Poder Legislativo pode ter perante a sociedade brasileira, de arregimentar forças, trazer uma pauta de discussões, fazer valer esse poder que exercemos, a parcela de cada estado representado aqui.

## Bezerra defende legalidade de decretos editados pelo governo

Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) questionou os projetos de decreto legislativo apresentados no Senado que visam sustar os efeitos de decretos do governo relacionados ao setor de energia e ao regime jurídico de sociedades de economia mista.

Segundo o senador, os decretos do governo têm respaldo legal. O que estabelece regras de governança, transparência e boas práticas para desin-

vestimento das empresas estatais, por exemplo, não afeta a desestatização de distribuidoras da Eletrobras e da própria Eletrobras, disse Bezerra. A adesão da estatal ao regime de desinvestimento de ativos, explicou, será facultativa.

— Constata-se que todos os decretos possuem amplo respaldo legal. O Poder Executivo, dessa forma, agiu estritamente dentro dos lindes do poder regulamentar.

## Relatório do grupo de trabalho sobre microeconomia será apresentado dia 29

Armando Monteiro (PTB-PE) informou que vai apresentar no dia 29 o relatório do Grupo de Trabalho de Reformas Microeconômicas. O colegiado, coordenado por ele, foi formado no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos para identificar problemas que impedem o país de crescer e gerar emprego e renda. Ele lamentou a má situação do Brasil num



Marcos Oliveira/Agência Senado

estudo em que o Banco Mundial identificou que as empresas brasileiras gastam 1,9 mil horas anuais para cumprir suas obrigações tributárias.

— Temos um ambiente de negócios marcado por burocracia e regulações complexas e disfuncionais, o que afeta a produtividade e compromete a capacidade do país de estimular os investimentos e os empreendedores.

## Jucá registra lançamento de projeto para investimento em infraestrutura

O lançamento do Projeto Avançar, para investimentos em infraestrutura, foi registrado pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), em discurso no Plenário ontem.

Segundo ele, receberão recursos portos, aeroportos, estradas e obras em sistemas de saneamento e drenagem em todo o país. Para o senador, o projeto representará,



Marcos Oliveira/Agência Senado

além do grande investimento financeiro, mais geração de empregos, que vão se somar às milhares de novas vagas abertas no governo de Michel Temer.

— O projeto é para investimentos de mais de R\$ 130 bilhões, principalmente em infraestrutura e condições logísticas, para melhorar a produção econômica do nosso país — explicou Jucá.

## José Medeiros cobra reabertura de UTI pediátrica em Rondonópolis

José Medeiros (Pode-MT) cobrou na quarta-feira do governo de Mato Grosso medidas para que a UTI pediátrica da Santa Casa de Rondonópolis volte a funcionar.

O senador reconheceu as dificuldades financeiras do estado, mas lembrou que o fechamento da unidade de saúde prejudica não somente os moradores de Rondonópolis, mas também a



Gerardo Magalhães/Agência Senado

população das regiões sul e sudeste de Mato Grosso.

— É um serviço de terapia intensiva e é um serviço que, quando a pessoa vai para ali, é porque está em perigo a sua vida.

Medeiros lembrou à oposição que o PT ajudou a colocar Temer no governo, como vice de Dilma. Por isso, disse, não se pode culpar quem foi favorável ao impeachment pela crise da economia.

## Sérgio de Castro defende ampla exploração do petróleo do pré-sal

Sérgio de Castro (PDT-ES) defendeu em Plenário ontem a ampla exploração do pré-sal. Ele disse que a nova Lei do Petróleo gerou avanços significativos para o país, ao revogar a obrigatoriedade da participação da Petrobras na exploração do petróleo da camada do pré-sal.

Na quarta-feira, em seu primeiro discurso depois da posse, o senador dis-



Jefferson Rudy/Agência Senado

se que pretende continuar a cuidar das iniciativas do titular do posto, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que está licenciado, mas que vai apresentar projetos próprios.

Empreendedor há mais de 40 anos, Sérgio de Castro afirmou que vai atuar com o propósito de melhorar a gestão pública, aproveitando a experiência que ganhou com a vivência empresarial.

# MP que adia aumentos do servidor público é criticada em audiência

Comissão Senado do Futuro discutiu medida do governo Temer que também aumentou a contribuição previdenciária dos funcionários em 3%

A COMISSÃO SENADO do Futuro (CSF) promoveu ontem audiência pública para debater as perspectivas para o servidor público diante de medidas do governo federal que atingem a categoria. Os participantes foram unânimes em criticar a Medida Provisória 805/2017, que amplia de 11% para 14% a contribuição previdenciária de servidores federais e adia aumentos de salário de 2018 para 2019. Em alguns casos, o aumento previsto foi cancelado.

O presidente da comissão, Hélio José (Pros-DF), que sugeriu e presidiu o debate, defendeu uma maior valorização para as carreiras públicas e pediu uma gestão mais eficiente dos recursos do Orçamento.

— Não esperávamos que essas mudanças fossem propostas por medida provisória, sem permitir o debate. É uma perversidade o que o governo vem fazendo com o servidor.

## “Maldades”

O diretor de Assuntos Parlamentares do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), José Devanir de Oliveira, classificou a MP como um “pacote de maldades”. Ele lembrou que há uma previsão constitucional de revisão salarial a cada ano. Assim, seria inconstitucional o adiamento dos aumentos dos servidores. Ele sugeriu ao governo retomar a tributação sobre lucros e dividendos — o que poderia gerar recursos de mais de R\$ 18 bilhões ao ano.

— O governo penaliza os servidores e faz um monte de renúncia fiscal. É um absurdo essa MP.



O presidente da comissão, senador Hélio José (C), solicitou e conduziu o debate com representantes sindicais

O secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva, também criticou as medidas tomadas pelo governo. Na visão do presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Petrus Elesbão, o governo não tem competência em gestão e quer colocar a culpa nos servidores. Ele disse que a sonegação fiscal chega a R\$ 450 bilhões ao ano e o governo pouco faz sobre a questão.

— Os maiores devedores são as grandes empresas e a gente vai ter de pagar essa conta de novo? Não, chega! A sociedade é quem mais sofrer com o desmonte do serviço público.

## Deficientes

Para o presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Anesp), Alex Canuto, as medidas provisórias de ajuste fiscal são apenas “cortina de fumaça”. Ele fez questão de destacar que são os próprios servidores públicos que têm

que cuidar da máquina estatal, pois os políticos atuais não estariam prontos para essa missão.

Segundo o presidente da Anesp, a MP 805/2017 é “um engodo e uma pedalada fiscal”, pois já existe jurisprudência que garante o direito dos servidores ao aumento cuja tabela já tenha sido publicada. Canuto ressaltou que a economia pretendida pelo governo com a MP é de pouco mais de R\$ 4 bilhões. No entanto, para barrar as duas denúncias da Procuradoria-Geral da República contra o presidente Michel Temer, o governo gastou cerca de R\$ 32 bilhões — com liberação de emendas e perdão de dívidas. Ele sugeriu o corte de benesses da classe política como forma de economia de gastos federais.

— Não é atacando o servidor que vai resolver a questão fiscal. Essas medidas são apenas firulas. A velha política está prevalecendo.

Servidora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Liliâne Moraes, que é deficiente visual e mestre em

ciências sociais, pediu melhores condições para os servidores deficientes. Segundo ela, apesar dos amparos legais, o servidor com deficiência ainda não é visto “como trabalhador e sim como um ônus”. Liliâne disse que muitas condições de acessibilidade previstas na lei ainda não foram implementadas, o que terminaria por atrapalhar o desenvolvimento profissional do servidor com deficiência.

## Interação

A audiência foi interativa, com a possibilidade de participação popular. Houve grande número de manifestação de internautas. Alvaro Rechinel, de Itapetininga (SP), defendeu a redução do número de parlamentares. Glauco Cavalcante, de Manaus (AM), pediu um plano de cargos e salários para o Ministério da Saúde. Já Onivaldo Silva, de Correntes (PE), disse que, se tirar direitos dos servidores, as prefeituras serão usadas como balcão de negócios, piorando a situação atual. De Juiz de Fora (MG), Rosane Queiroga afirmou que a política de Temer é acabar com o serviço público.

DÊ SUA OPINIÃO

## Cédulas de real poderão ter prazo de validade

Começou a tramitar o Projeto de Lei do Senado 435/2017, segundo o qual as cédulas de dinheiro passarão a ter prazo de validade, a ser determinado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O prazo seria impresso nas notas em alto relevo. De autoria do senador Sérgio Petecão (PSD-AC), o projeto será votado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde ainda não foi indicado relator.

Segundo o autor, a intenção do projeto é evitar o “entesouramento” de dinheiro e estimular a circulação, a fim de dinamizar a economia. Outro objetivo, explica o senador, é dificultar a lavagem de dinheiro obtido por corrupção, principalmente em época de eleições, ajudando a Polícia Federal e a Justiça Eleitoral nas investigações. Um exemplo, diz Petecão, são os R\$ 51 milhões em dinheiro vivo encontrados pela Polícia Federal em um apartamento ligado ao ex-ministro Geddel Vieira Lima.

Qual a sua opinião sobre o projeto? Vote em: <http://bit.ly/PLS91-2017>

Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do portal **e-Cidadania**: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

Comente também na página do Senado no **Facebook**: [facebook.com/senadofederal](https://facebook.com/senadofederal)

# Audiência pública discute hoje a concessão de trecho da BR-364 em Rondônia

A Comissão de Infraestrutura (CI) fará uma audiência pública interativa hoje, às 14h, sobre a concessão da BR-364 no trecho Comodoro (MT)-Porto Velho (RO) e a implantação e pavimentação de rodovias federais planejadas no estado de Rondônia. O pedido para a discussão foi apresentado pelos senadores Acir Gurgacz (PDT-RO) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

A reunião faz parte do ciclo de palestras e debates com técnicos e autoridades da área de infraestrutura do transporte rodoviário, e será dividida em duas partes.

Foram convidados o diretor-geral da Agência Nacional

de Transportes Terrestres (ANTT), Jorge Luiz Macedo Bastos, e o diretor do Departamento de Outorgas de Transportes Terrestre e Aquaviário do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Luiz Felipe Cardoso de Carvalho.

Também participam do encontro a diretora de Coordenação de Projetos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Tatiana Thomé de Oliveira, e o diretor da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (Fiero), Alan Gurgel do Amaral, entre outros convidados.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Senadores por Rondônia, Acir Gurgacz e Valdir Raupp apresentaram requerimento para a realização da audiência

# Ordem dos Músicos é criticada em audiência

Entidade, a que os músicos são obrigados a se filiar para trabalhar, é acusada de desvios de verbas e de não oferecer contrapartidas, como assistência médica e previdenciária

O PAPEL SOCIAL e a existência da Ordem dos Músicos do Brasil (OMB) como órgão fiscalizador da atividade dessa categoria foram discutidos na quarta-feira pela Comissão de Educação e Cultura (CE).

Movimentos ligados aos músicos propõem que o Supremo Tribunal Federal (STF), por meio do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 183/2009, anule prerrogativas da OMB ligadas à arrecadação e à fiscalização profissional.

O gaitista Engels Espíritos, de Brasília, disse que “a OMB não representa e jamais representou os músicos do país”. Para ele, o papel exercido pelo órgão é “flagrantemente inconstitucional” ao ferir a liberdade de manifestação artística.

— Órgãos de fiscalização são para o exercício de atividades capazes de produzir grandes danos pessoais ou coletivos, como a medicina, a arquitetura e outras. Alguém por acaso vai sofrer sérios danos provenientes diretamente de uma apresentação musical? — questionou Espíritos, fazendo alusão ao fato de a OMB, em sua atuação autárquica, poder interromper ou cancelar



Gerson Tajés fala, em audiência presidida pela senador Cristovam Buarque (C), sobre a nova gestão da ordem

shows de quem não tiver a carteira profissional do órgão.

## Crimes

O jornalista Marcos Santos, do Movimento de Valorização da Música, e a representante do Ministério da Cultura, Claudia Queiroz, criticaram também a cobrança compulsória feita pela OMB para quem tem interesse em tirar a carteira, além das anuidades, sem oferecer contrapartidas efetivas de representação política na própria entidade.

Espíritos lembrou investigação da Polícia Federal (PF)

sobre desvio de verbas e enriquecimento de ex-dirigentes da OMB, enquanto milhões de músicos sobrevivem em condições muito precárias.

— Todo o dinheiro arrecadado pela OMB em 50 anos, das anuidades e das outras taxas, aonde foi parar? Existem vários escândalos recentes de compras de imóveis, de lojas, de armas e desvios de verba. Enquanto isso a OMB nada faz pela categoria, não oferece nenhum tipo de assistência jurídica, médica, previdenciária ou odontológica — criticou.

Ele citou as grandes arrecadações da ordem, feitas “sem nenhuma transparência”, que são os 10% cobrados dos cachês de músicos estrangeiros que por aqui se apresentam. Artistas como U2, Guns N’ Roses, Paul McCartney e muitos que se apresentam em festivais como o Rock in Rio cobram altos cachês em tours pelo país.

Ele informou que auditorias realizadas em colaboração com a PF já identificaram desvios de milhões de reais. Tajés disse ainda que atua em conjunto com o Ministério do Trabalho para que “muito brevemente” saia uma portaria que beneficiará os milhões de músicos em atividade no país, no que se refere a garantias financeiras, direitos trabalhistas e previdenciários.

## Nova eleição

Claudia leu trechos de um manifesto lançado pelo Fórum Nacional de Música que pede novas eleições para a OMB como a única forma de

## Texto propõe orientação sobre aleitamento

Hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, sejam eles públicos ou particulares, podem ficar obrigados a oferecer orientação sobre aleitamento materno. É o que prevê o Projeto de Lei do Senado (PLS) 24/2016, da senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), em análise na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Para a senadora, muitas mães, por falta de orientação e de apoio prático nas primeiras horas após o nascimento do bebê e diante das dificuldades que podem ocorrer, acabam desistindo da prática do aleitamento. Isso ocorre ainda que tenham o desejo de amamentar os filhos.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que as crianças sejam amamentadas, de forma exclusiva, desde o nascimento até os 6 primeiros meses de vida e, de forma complementar, até os 2 anos da criança.

Isso por conta dos efeitos positivos do aleitamento materno para a saúde e o desenvolvimento saudável das crianças.

## Benefícios

Segundo a OMS, a amamentação protege os bebês contra doenças e morte independentemente de terem nascido em um país desenvolvido ou de pauperado, em uma família rica ou pobre. O aleitamento materno também beneficia a

saúde da mulher. Mulheres que não amamentam têm um risco 4% maior de câncer de mama e 27% maior de câncer de ovário. Elas também têm um risco maior de hipertensão, acidente vascular cerebral e outras doenças cardiovasculares.

A proposta teve parecer favorável do relator José Medeiros (Pode-MT), que foi lido pela senadora Regina Sousa (PT-PI) em agosto.

O relatório excluiu a determinação de que só profissionais habilitados e capacitados para a função poderiam fazer esse tipo de orientação. Segundo o documento, a medida levaria o poder público a criar funções, o que seria inconstitucional.

DÊ SUA OPINIÃO

### Dê sua opinião: projeto restringe chamadas de telemarketing

Quem nunca foi surpreendido por ligações de telemarketing em momentos inadequados ou não foi contactado de forma insistente por empresas interessadas em vender produtos e serviços? Se o Projeto de Lei do Senado 420/2017 for aprovado, isso poderá acabar. De autoria do senador Lasier Martins (PSD-RS), o projeto determina que esse tipo de chamada telefônica só poderá ser feita se o consumidor, por iniciativa própria, autorizar antes.

Qual a sua opinião sobre o projeto?  
Vote em:  
<http://bit.ly/PLS91-2017>

- Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do portal **e-Cidadania**: [senado.leg.br/ecidania](http://senado.leg.br/ecidania)
- Comente também na página do Senado no **Facebook**: [facebook.com/senadofederal](https://facebook.com/senadofederal)

### MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Eunício Oliveira
- Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima
- Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza
- Primeiro-secretário:** José Pimentel
- Segundo-secretário:** Gladson Cameli
- Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares
- Quarto-secretário:** Zeze Perrella
- Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretora:** Angela Brandão
- Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli
- Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor:** Flávio Faria
- Coordenador-geral:** Sílvio Burl
- Coordenação de Cobertura:** Paola Lima
- Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção
- Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá
- Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

- Editor-chefe:** Marcio Maturana
- Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil
- Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
- Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
- Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez
- Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Avançam indicações de dois embaixadores

Comissão aprovou ontem diplomatas Fernando Coimbra, para países da África, e Ana Lucy Petersen, para o sudeste da Ásia. Nomes seguem para votação no Plenário

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem, após sabatinas, a indicação do diplomata Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra, para a chefia da representação brasileira em países da África, e da diplomata Ana Lucy Gentil Cabral Petersen, para atuação semelhante no sudeste da Ásia.

Após a confirmação pelo Plenário, Coimbra ocupará o cargo de embaixador do Brasil em Nairóbi, capital do Quênia, acumulando a representação em outros países da África: Ruanda, Uganda, Burundi e Somália.

Já Ana Lucy Petersen vai para Bangcoc, capital da Tailândia, acumulando o posto nessa nação com outras duas vizinhas, o Camboja e o Laos.

Nas sabatinas, senadores observaram o fato de que parte desses países são marcados por regimes ditatoriais, com alguns deles passando por crises ou buscando superar períodos de instabilidade.

## Ásia

Ana Lucy observou que a Tailândia é governada por



Presidente da CRE, Collor, e a indicada para a representação na Ásia, Ana Lucy Petersen, ouvem o indicado para embaixada na África, Fernando Coimbra

um regime militar, fruto de um golpe ocorrido em maio de 2014.

Ela acrescentou que a junta militar que governa o país, chefiada pelo general Prayut Chan-ocha, convocou eleições gerais para novembro de 2018, e há uma expectativa da comunidade internacional para

que de fato elas aconteçam, o que será interpretado como um retorno do país ao campo democrático.

A diplomata lembrou que esse foi o 18º golpe de estado ocorrido na Tailândia desde o pós-guerra e esse cenário convive com uma monarquia constitucional, a dinastia Chakkri, os chefes de Estado há mais de 200 anos.

Ela ressaltou que a família real tailandesa é respeitada pela população e pelos grupos políticos. E que o rei Bhumibol Adulyadej, falecido no ano passado após mais de 70 anos no cargo, era visto como um semideus por parte da população.

A junta militar no governo é próxima à família real tailandesa, informou a diplomata, que enxerga perspectivas positivas para o Brasil incrementar suas exportações de material de defesa para a nação asiática.

Quanto ao Camboja e ao Laos, a diplomata acrescentou que em ambos os países a lei proíbe críticas ao governo, o

que é interpretado como uma atitude criminosa.

Como são também nações marcadas por significativos índices de pobreza e carência alimentar, Ana Lucy vê boas perspectivas de colaboração com o Brasil na área da agricultura, inclusive na exportação de produtos.

## África

Fernando Coimbra também foi questionado sobre crises políticas enfrentadas por algumas das nações onde atuará como embaixador.

No caso do Quênia, o diplomata lembrou que a Corte Suprema tomou uma atitude sem precedentes na história africana, e rara mesmo em nível mundial, de anular um pleito presidencial por suspeitas de fraudes.

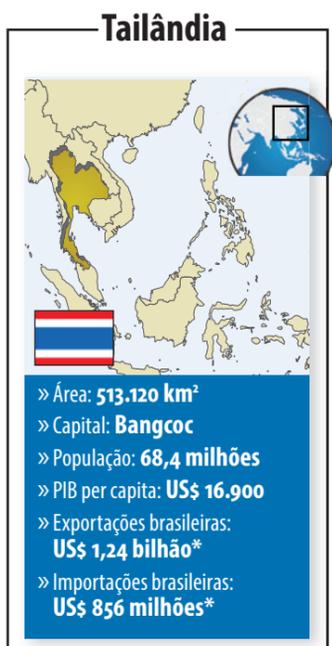
O caso se deu em relação às eleições realizadas em agosto, em que o atual presidente, Uhuru Kenyatta, teria recebido quase 100% dos votos. Um novo pleito ocorreu em 26 de outubro, porém foi boicotado pela oposição e marcado por

alta abstenção, e o cenário de reeleição de Kenyatta com quase 100% dos votos se manteve, como acrescentou o diplomata.

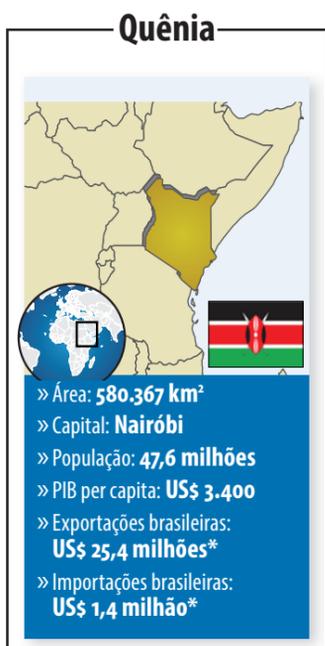
Ruanda também tem sido marcada por um governo forte e centralizador, disse Coimbra. O atual presidente, Paul Kagame, também foi reeleito com quase 100% dos votos em agosto para o cargo que ocupa desde 2000.

A despeito de críticas de dissidentes, segundo os quais as sucessivas reeleições de Paul Kagame são marcadas por fraudes e no país não existe liberdade política ou de expressão, o diplomata entende que o atual regime trouxe estabilidade à nação, marcada pelo genocídio que matou quase 1 milhão de ruandeses em 1994.

Já a Somália tem como um dos grandes desafios o enfrentamento ao grupo terrorista Al-Shabab, de perfil jihadista, que é muito atuante no país e realizou ataques também no Quênia, observou Coimbra.



\*Dados de 2016. Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br



\*Dados de 2015. Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

## Collor pede que União Europeia respeite Mercosul

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado, Fernando Collor (PTC-AL), criticou a contraproposta apresentada pela União Europeia nas negociações de um acordo de livre comércio com o Mercosul. Ao abrir a reunião da comissão ontem, o senador disse que a União Europeia não tem agido com o respeito que o bloco sul-americano merece.

Para Fernando Collor, a postura dos negociadores europeus torna improvável a assinatura do acordo até dezembro, como prevê o cronograma, visando coinci-

dir com reunião já agendada da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Buenos Aires.

O senador lamentou que, após 13 anos estudando uma contraproposta, os europeus apresentem aos sul-americanos cotas de importação de carnes e etanol 40% inferiores às definidas em 2004, entre outros pontos avaliados por ele como negativos.

— A proposta deles é absolutamente ridícula, inaceitável, reprovável e acintosamente desrespeitosa com o Mercosul. Essa tese de “venha a nós o vosso reino, ao teu reino nada

será dado” não se concilia com o livre comércio. Entendemos que alguns setores necessitem de proteção temporária, mas ter 60% de suas atividades econômicas subsidiadas é, na prática, manter-se fechado.

As negociações da União Europeia com o Mercosul em torno do acordo de livre comércio continuam se desenrolando em Brasília e o senador Fernando Collor reiterou seu apoio, que entende ser de todos os países sul-americanos envolvidos, para que o compromisso seja fechado, desde que em bases “mais alinhavadas”.

## Comissão vai debater aumento da insegurança internacional

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) se reúne na segunda-feira, às 18h, para mais uma audiência pública do ciclo de debates *O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras?*. O tema será o aumento da insegurança internacional: desafios e oportunidades. O requerimento é do presidente da CRE, senador Fernando Collor (PTC-AL).

Foram convidados o diretor do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra, general José Eustá-

quio Guimarães; o diretor do Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Nelson Antônio Tabajara de Oliveira; e o presidente da Fundação Ezute, Eduardo Ferreira.

Eles devem abordar temas como: a iniciativa norte-americana de pressionar os países membros da Otan para elevarem os gastos de defesa para 2% do PIB.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

# Instaladas comissões mistas que vão analisar quatro MPs

Colegiados vão discutir propostas sobre investimentos em rodovias federais, renegociação de dívidas de estados e municípios com a União e o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural

FORAM INSTALADAS NA quarta-feira as comissões mistas responsáveis pela análise das Medidas Provisórias 800/2017, 801/2017, 802/2017 e 803/2017.

Entre essas propostas, destaca-se a MP 801/2017, que elimina alguns dos requisitos exigidos dos estados e municípios interessados em renegociar ou refinar suas dívidas com a União. Outra, a MP 802/2017, atualiza o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.



Deputado José Rocha e senador Cidinho discutirão rodovias



Deputado Décio Lima vai debater dívidas dos estados



Microcrédito é tema de Pedro Fernandes e Fernando Bezerra



Dívidas rurais serão assunto para o deputado Marquezelli

Fotos: Jefferson Rudy - 8/11/2017

## Novas comissões mistas

<b>MP 800/2017</b>	Autorizou a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) a celebrar aditivos contratuais com as concessionárias de rodovias federais para alongar o prazo de execução de investimentos previstos para o período inicial da concessão. Presidente: senador Cidinho Santos (PR-MT) Vice-presidente: deputado Claudio Cajado (DEM-BA) Relator: deputado José Rocha (PR-BA) Relatora-revisora: senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)
<b>MP 801/2017</b>	Elimina alguns dos requisitos exigidos dos estados e municípios interessados em renegociar ou refinar suas dívidas com a União. O objetivo é facilitar a adesão de alguns entes federativos que, apesar de predispostos a aderir ao programa de renegociação de dívidas, não poderiam se habilitar por causa de pendências na documentação necessária. Presidente: deputado Décio Lima (PT-SC) Vice-presidente: senador Airton Sandoval (PMDB-SP) Relator: senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) Relator-revisor: não houve acordo
<b>MP 802/2017</b>	Atualiza o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. O programa, instituído em 2005, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tem o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre microempreendedores populares. Presidente: senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) Vice-presidente: deputado Pedro Fernandes (PTB-MA) Relator: deputado Otavio Leite (PSDB-RJ) Relator-revisor: senador Armando Monteiro (PTB-PE)
<b>MP 803/2017</b>	Prorroga o prazo para adesão de produtor ao chamado Refis Rural para 30 de novembro. O Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) permite a renegociação das dívidas de produtores rurais com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), prevista pela MP 793/2017. Presidente: deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP) Vice-presidente: senador Cidinho Santos (PR-MT) Relator: indicação na próxima reunião

### Rose comemora bom resultado de escola do Espírito Santo

Rose de Freitas (PMDB-ES) citou levantamento sobre a educação que coloca o Instituto Federal do Espírito Santo entre as 50 melhores escolas de ensino médio do país. Para a senadora, o bom resultado deriva do esforço e da dedicação da equipe do instituto e indica a importância do investimento em educação.

— Todos estão dentro desse espírito elevado da conquista que faz essa instituição ser respeitada no Brasil inteiro e eleva o ensino capixaba ao patamar maior da excelência do ensino no país — afirmou a senadora.

O Instituto Federal do Espírito Santo oferece cerca de 90 cursos técnicos, mais de 50 cursos de graduação, mais de 20 especializações e dez mestrados.

### Marta Suplicy defende discussão de política de formação de professor

Marta Suplicy (PMDB-SP) lamentou que cerca de 20% dos professores do Brasil não tenham ensino superior. Ela discursou sobre a Política Nacional de Formação de Professores, apresentada pelo Ministério da Educação.

A senadora lembrou que as iniciativas sugeridas precisarão de recursos e que a sociedade e os professores precisam ser ouvidos.

— É nossa obrigação ouvir a sociedade, discutir com os professores, ouvir os especialistas e estabelecer uma interlocução com o Ministério da Educação, para que uma política pública tão importante como essa seja cumprida da forma mais afinada com o interesse nacional.



Gerardo Magela/Agência Senado

### Humberto critica reajuste de planos de saúde para idosos

O reajuste dos planos de saúde para idosos, em análise na Câmara dos Deputados, foi criticado na quarta-feira por Humberto Costa (PT-PE).

O senador responsabilizou o ministro da Saúde pela proposta e afirmou que Ricardo Barros se beneficia das facilidades que tem oferecido às operadoras, ao mercado de sangue e aos laboratórios clínicos para conseguir seus objetivos políticos.

Ele protestou contra a medida e destacou que o texto está sob relatoria do principal partido aliado de Temer, o PSDB.

— Como se pode aceitar que, justamente quando a renda cai, o governo proponha maior aumento no plano de saúde aos mais velhos? — indagou.



Gerardo Magela/Agência Senado

### Wellington: bancada de Mato Grosso reserva recursos para saúde

Wellington Fagundes (PR-MT) informou que a bancada do estado no Congresso decidiu reservar R\$ 156 milhões do Orçamento para o custeio de serviços de saúde no estado.

Ele ressaltou que o apoio tem importância em função da crise no setor. Citou como exemplo a UTI pediátrica da Santa Casa de Rondonópolis, fechada por falta de recursos.

Para o senador, a saúde pública em Mato Grosso virou uma “verdadeira roleta”: quem tem sorte é atendido, os demais padecem com a precariedade.

— Estamos fazendo isso mesmo numa posição em que somos oposição ao governo do estado, mas não somos oposição à população.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Reguffe comemora incentivo a projetos de iniciativa popular

Reguffe (sem partido-DF) comemorou em Plenário a aprovação de proposta dele que facilita o apoio dos cidadãos a projetos de iniciativa popular. Aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça, a proposta (PLS 267/2016) permite a adesão aos projetos de iniciativa popular por meio de assinaturas eletrônicas. O texto, que teve relatório favorável de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), segue para a Câmara.

— O Senado deu uma grande contribuição para a modernidade do processo legislativo, para a participação efetiva e direta do cidadão. Foi uma grande vitória.

Hoje são válidas apenas as assinaturas de próprio punho.



Gerardo Magela/Agência Senado